

A escrita da língua de sinais como meio natural para a alfabetização de crianças surdas

Giovana Medianeira Fracari Hautrive*
Edna Márcia de Souza**

Resumo

Tomar o tema alfabetização de crianças surdas, atualmente, é direcionar o olhar para a prática docente que demanda rumos para além do espaço escolar. Questionamentos que circulam a prática cotidiana transformam-se em um desafio, exigindo uma atitude investigativa. O artigo tem o propósito de problematizar o processo de alfabetização de crianças surdas. A reflexão proposta emerge da prática cotidiana. Este artigo estrutura-se a partir de fios teóricos que contemplam estudos de Vigotski (1989, 1994, 1996, 1998), Stumpf (2005), Quadros (1997), Bolzan (1998, 2002), Skliar (1997a, 1997b, 1998), a partir dos quais problematiza os processos envolvidos na construção da linguagem escrita. Destacam-se, como resultados, a importância da aquisição da língua de sinais como primeira língua na educação de surdos e o aprendizado da língua de sinais escrita. Aspectos importantes para que o aluno surdo seja respeitado na condição de ser alfabetizado na sua primeira língua. Aponta-se para a necessidade de um redirecionamento no processo de alfabetização de crianças surdas, fazendo com que aspectos importantes da linguagem, como seu papel na estruturação do pensamento e seu aspecto comunicativo, sejam respeitados e considerados nesse processo. Dessa forma, sublinha-se a aprendizagem da escrita da língua de sinais como fundamental, que deve ocupar um papel central na proposta didática da sala de aula, favorecendo as contradições que colocam o aluno em situação de conflito cognitivo, respeitando a diversidade inerente a cada ser humano. Considera-se que a produção da língua de sinais escrita é uma ferramenta adequada para que os alunos surdos registrem sua língua visual.

Palavras-chave: Alfabetização. Escrita da Língua de Sinais. Surdos.

* Professora da Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

** Professora da Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

The written language of signals as a means of natural literacy of deaf children

Abstract

Taking the theme literacy of deaf children is currently directing the eye to the practice teaching course that demands beyond the school. Questions moving to daily practice, became a challenge, requiring an investigative attitude. The article aims to problematize the process of literacy of deaf children. Reflection proposal emerges from daily practice. This structure is from yarns that include theoretical studies of Vigotskii (1989, 1994, 1996, 1998); Stumpf (2005), Quadros (1997); Bolzan (1998, 2002); Skliar (1997a, 1997b, 1998) . From which, problematizes the processes involved in the construction of written language. It is as a result, the importance of the instrumentalization of sign language as first language in education of deaf and learning of sign language writing. Important aspects for the deaf student is observed in the condition to be literate in their mother tongue. It points out the need for a redirect in the literacy of deaf children, so that important aspects of language and its role in the structuring of thought and its communicative aspect, are respected and considered in this process. Thus, it emphasizes the learning of the writing of sign language as fundamental, it should occupy a central role in the proposed teaching the class, encouraging the contradictions that put the student in a situation of cognitive conflict, while respecting the diversity inherent to each humans. It is considered that the production of sign language writing is an appropriate tool for the deaf students record their visual language.

Keywords: Literacy. Writing the Language of Signs. Deaf.

Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão a partir da prática educativa com alunos surdos, com seis anos de idade, do primeiro ano de referência do 1º ciclo de uma escola para surdos, localizada no Município de Santa Maria, RS. Tem como objetivo apresentar as relações que a criança surda constrói na representação da escrita, a partir da língua de sinais, pois a sua forma de comunicação é a visual-gestual. As formas de notações são evidenciadas como hipóteses construídas no momento da escrita.

Por não ouvir e não falar oralmente, o aluno surdo passa por um processo de alfabetização muito diferenciado em relação aos ouvintes. A escrita do aluno surdo na língua portuguesa é muito peculiar e acaba sendo sua única forma de manifestação concreta que pode ser avaliada pelo professor, uma vez que ele não fala a língua portuguesa, considerada sua segunda língua.

Apesar do amplo período de escolarização, os alunos surdos têm dificuldade na leitura e escrita de textos na língua portuguesa. Além disso, esses

textos são, normalmente, desvinculados de sua realidade, deixando como resultado uma geração de alunos surdos com índices de escolaridade inferior aos requisitos básicos para ascensão na escola.

O espaço educacional responsável pela escolarização dos sujeitos surdos coloca a escrita da língua portuguesa como prioridade, como se esta fosse a representação da sua fala, o que é um engano. Quadros (1997, p. 5) colabora dizendo que

[...] a escrita alfabética da língua portuguesa no Brasil não serve para representar significação com conceitos elaborados na LIBRAS,¹ uma língua visual espacial. Um grafema, uma sílaba, uma palavra escrita no português não apresenta nenhuma analogia com um fonema, uma sílaba e uma palavra na LIBRAS, mas sim com o português falado. A língua portuguesa não é uma língua natural da criança surda.

Vários estudos (SKLIAR, 1997a, 1997b, 1997c, 1998, 1999; QUADROS, 1997; BEHARES, 1999; BRITO, 1993; entre outros) comprovam que a aquisição da língua de sinais é uma forma de sustentar a dignidade e os direitos das pessoas surdas, o que mostra o compromisso e a preocupação com o processo educacional integral do aluno surdo.

Nas últimas décadas, constatamos que a criança surda tem a possibilidade de adquirir a língua de sinais por meio da interação com seus pares, na comunidade surda, de forma natural.

A língua é adquirida e compartilhado pelos membros pertencentes à mesma comunidade linguística e cultural, na qual é possível a interação e a comunicação de anseios comuns.

No texto, "O coletivo como fator no desenvolvimento da criança anormal", escrito em 1931, Vigotsky (1989) coloca que havia percebido a necessidade do uso da língua de sinais para possibilitar a educação destes sujeitos. Apresenta, ainda, a necessidade de uma revisão em relação ao tipo de linguagem que estava sendo oferecida às pessoas surdas, defendendo-a como mímica, pois, naquela época, a língua de sinais não era assim denominada.

O autor expõe a importância de uma substituição do método que estava sendo utilizado na época, o método oralista, pois a criança

[...] não aprende a falar, a utilizar a linguagem como um meio de comunicação e de pensamento [...] A luta da linguagem oral contra a mímica, apesar de todas as boas intenções dos pedagogos, como regra geral, sempre termina com a vitória da mímica, não porque precisamente a mímica, desde o ponto de vista psicológico,

seja mais fácil, como dizem muitos pedagogos, mas sim porque a mímica é uma linguagem verdadeira em toda a riqueza de sua importância funcional e, a pronúncia oral das palavras, formadas artificialmente, está desprovida da riqueza vital, é só uma cópia sem vida da linguagem viva. (VIGOTSKY, 1989, p. 190)

O estudioso aponta como premissa básica o uso da língua de sinais para o pleno desenvolvimento do sujeito surdo.

A partir das colocações de Vigotsky, acontece uma evolução na educação dos surdos, quando estudiosos linguistas definem a língua de sinais como sistema linguístico legítimo, de modalidade gestual-visual, capaz de proporcionar aos surdos o meio apropriado para a realização de todas as potencialidades linguísticas.

A educação de surdos vem sendo permeada por várias abordagens metodológicas. A abordagem bilíngue de educação permeia a prática no espaço escolar nas últimas décadas. Esta abordagem prioriza a língua de sinais como primeira língua na forma gestual (falada) e, como segunda, a língua portuguesa, na modalidade escrita. Nesta abordagem, a escrita da língua de sinais ainda não está contemplada.

A proposta de educação bilíngue busca captar o direito de os surdos poderem ser educados por meio da língua de sinais, considerada como língua natural e adquirida de forma natural por eles. Quadros (1997, p. 27) delinea o bilinguismo como “uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar possível à criança duas línguas no contexto escolar”.

Skliar (1999, p. 7) diz que, além da oposição à prática educativa tradicional dada ao surdo, o bilinguismo é considerado “como um reconhecimento político da surdez como diferença”, que tem em conta o grupo linguístico e cultural no qual o surdo está inserido.

Os estudos sobre a comunidade surda estão direcionados para o entendimento do surdo, suas potencialidades, sua língua, sua cultura, sua forma peculiar de pensar, de agir etc., e não apenas para os aspectos ligados à surdez. Nesse sentido, as realidades psicossocial, cultural e linguística são consideradas como balizadoras e desencadeadoras do processo educacional.

A autonomia das línguas de sinais e a estruturação de um plano de educação que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda são referendadas por vários estudiosos, tais como: Vigotsky (1989, 1998), Stokoe (1976), Góes (1996), Quadros (1997), Skliar (1998, 1999), Stumpf (2005), entre outros.

Atualmente, emerge a discussão sobre a inclusão da escrita da língua de sinais no espaço da alfabetização. Esta língua demanda um espaço alinhado

na inclusão das didáticas realizadas em sala de aula, transformando verdadeiramente o espaço pedagógico em bilíngue, em que a primeira língua aparece nas modalidades gestual (falada) e escrita; e a segunda língua, o português, neste caso, respeitado na sua indiscutível importância, como segunda língua na modalidade escrita.

Acredita-se que o compromisso em conhecer, perceber a experiência visual e observar as formas de pensamento expressas na língua de sinais deve fazer parte do cotidiano escolar dos profissionais envolvidos com a alfabetização das crianças surdas.

Estudiosos linguistas, assim como Stumpf (2005), dedicados aos estudos da escrita da língua de sinais denominado SignWriting,² indicam que esta pode servir de suporte a uma nova proposta pedagógica ao ensino da escrita de língua de sinais e alfabetização para crianças surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nesse sentido, a interação social é fundamental para a comunicação humana. Quando a criança escreve, ela expressa suas ideias graficamente, por meio de um sistema cujo uso supõe a compreensão da sua forma de construção. Construir a escrita significa conseguir criar os elementos adequados à expressão das ideias e estabelecer entre eles a relação apropriada que reflita no texto a gramaticidade da língua.

Vigotsky dedicou-se a pesquisar o período inicial do desenvolvimento da escrita pelas crianças, acompanhando os caminhos ao longo dos quais a escrita da criança se desenvolveu, explicando detalhadamente as circunstâncias que tornaram a escrita possível para a criança e os fatores que proporcionaram as forças motoras desse desenvolvimento. Em suas obras, ele consegue descrever os estágios iniciais que as crianças passam para a construção da escrita e, dessa forma, seus estudos contribuem para as reflexões tomadas ao longo destas observações, em que a teoria nos ajuda no entendimento deste processo.

Este artigo contempla as observações de aspectos relevantes das primeiras notações das crianças surdas. Para Bolzan (1998, p. 223), notação é “a ação de representar diferentes sistemas por meio de sinais convencionais”, e é utilizada por pessoas pouco experientes para tomar notas.

Percebe-se que as notações surgem nas primeiras tentativas de escrita por alunos surdos com seis anos de idade. Essas tentativas permitem uma reflexão sobre a possibilidade da alfabetização das crianças surdas por meio da língua de sinais escrita. O tema mostra-se importante, pois direciona a pesquisa para a verificação de um novo espaço para a alfabetização das crianças surdas.

A responsabilidade ética, com a comunidade surda, decreta na prática docente a busca por um espaço escolar que demanda pelo direito humano

de ser alfabetizado na sua primeira língua. Durante a alfabetização, os alunos são inseridos em um espaço pedagógico em que a língua portuguesa é considerada a segunda língua. Constatamos que, ao tratar de alfabetização, as propostas passam por metodologias e teorias que enfatizam a relação letra/som como pré-requisito.

Não encontramos um sistema de alfabetização para línguas ideográficas, que é a língua da comunidade surda (STUMPF, 2005). Mesmo assim, muitas teorias ajudaram em uma aproximação, como exemplo a teoria da psicogênese da língua escrita de Ferreiro e Teberosky (1989). A partir da tentativa de aproximação dessa teoria com a realidade aqui colocada, pudemos constatar que, em determinado momento, houve um abismo entre a construção da escrita das crianças surdas e o processo de construção da escrita das crianças ouvintes. Foi possível observar que as crianças surdas, sujeitos desta pesquisa, no momento da construção da escrita em língua de sinais, realizam a transposição do nível pré-silábico (Figura 1), que é o primeiro período,³ diretamente para o nível alfabético⁴ (Figura 2). Os níveis silábico e silábico-alfabético não foram observados.

Quando temos um comprometimento profissional teimoso, que não admite acomodação e tem a sensibilidade do olhar vigiado nas construções escritas das crianças que estão representando a sua fala, discutimos a busca de novos patamares neste momento ímpar da alfabetização desta comunidade, pois todas as pessoas devem ter o direito de ler e escrever em sua própria língua.

Durante a prática em sala de aula, percebemos que não é suficiente possuir o conhecimento para ser mediador, é preciso compreender o conhecimento, ser capaz de reorganizá-lo; é preciso ter a capacidade de colocá-lo em ordem e de operacionalizá-lo em sala de aula didaticamente.

As reflexões sobre as diferentes interfaces da cultura escrita oferecem oportunidades de avaliação sobre o comprometimento com a comunidade surda, para um novo redirecionamento na proposta de alfabetização.

A prática cotidiana leva a questionamentos sobre quais caminhos as crianças percorrem no processo de construção da leitura e da escrita a partir da própria linguagem.

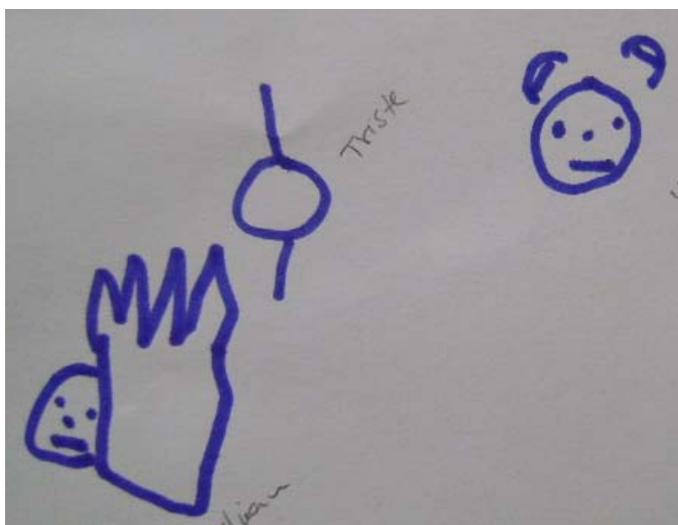


Figura 1 – Construção escrita, nível pré-silábico.

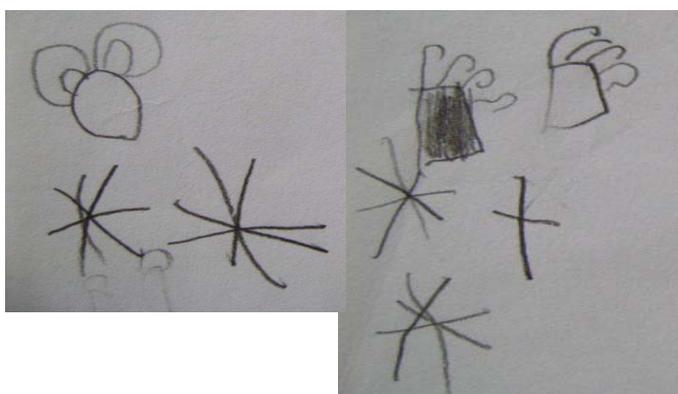


Figura 2 – Construção escrita, nível alfabético.

As crianças envolvidas na prática aqui relatada usam o sistema de notação como registro da sua escrita. Dessa forma, observamos as primeiras hipóteses construídas em direção a este processo. Quando as crianças passaram a substituir desenhos de objetos por construções hipotéticas da escrita, foram evidenciadas as primeiras notações como recurso gráfico de registro. A partir dessas notações, as crianças passaram a ter outra forma de leitura, de reconstrução de momentos vividos em sala de aula. É um segundo momento de

registro gráfico, já que a escrita tem a funcionalidade de recordar e transmitir ideias.

Vigotsky (1998, p. 146) diz que: “em vez de tentar avaliar visualmente as quantidades, o homem aprende a usar um sistema auxiliar de contagem, e em vez de confiar mecanicamente as coisas à memória, ele as escreve”. Diz, ainda, que “a escrita é uma dessas técnicas auxiliares usadas para fins psicológicos, a escrita constitui o uso funcional de linhas, pontos e outros signos para recordar e transmitir ideias e conceitos”.

Todas as observações e constatações têm como base as atividades realizadas em sala de aula. Para ilustrá-las, faremos o relato de algumas dessas atividades.

A partir de relatos pessoais dos alunos, sobre o que eles mais gostam na escola, sugeriu-se que eles escrevessem sobre o assunto. Foi possível observar, no primeiro momento, que as crianças mostraram resistência para fazer o registro, dizendo “não saber”. Mas, com a mediação da professora, foi explicado que era uma atividade livre e que cada um deveria fazer do seu jeito, mobilizando uma provocação, que foi aceita pelos alunos.

Uma aluna falou que o que ela mais gostava na escola eram as brincadeiras na pracinha. A partir de seu registro escrito, constatamos a seguinte produção (Figura 3).

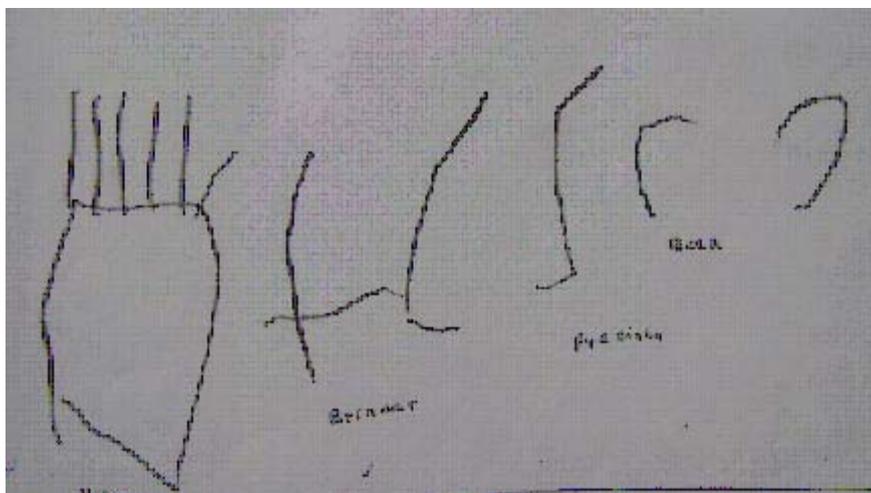


Figura 3 – Representação escrita da aluna.

Observamos que as primeiras tentativas deixavam de ser um objeto ou um brinquedo, tornando-se um “instrumento” para recordar as ideias e a história, já que essas escritas foram revisitadas pelos alunos em um momento posterior.

Em outro momento, quando foi solicitado aos alunos que comentassem sobre as pessoas que vivem em suas casas, foi apresentado o registro de uma das alunas, em suas primeiras notações, com fragmentos da escrita da língua de sinais (Figura 4). Aqui, é possível observarmos uma evolução na construção da escrita.

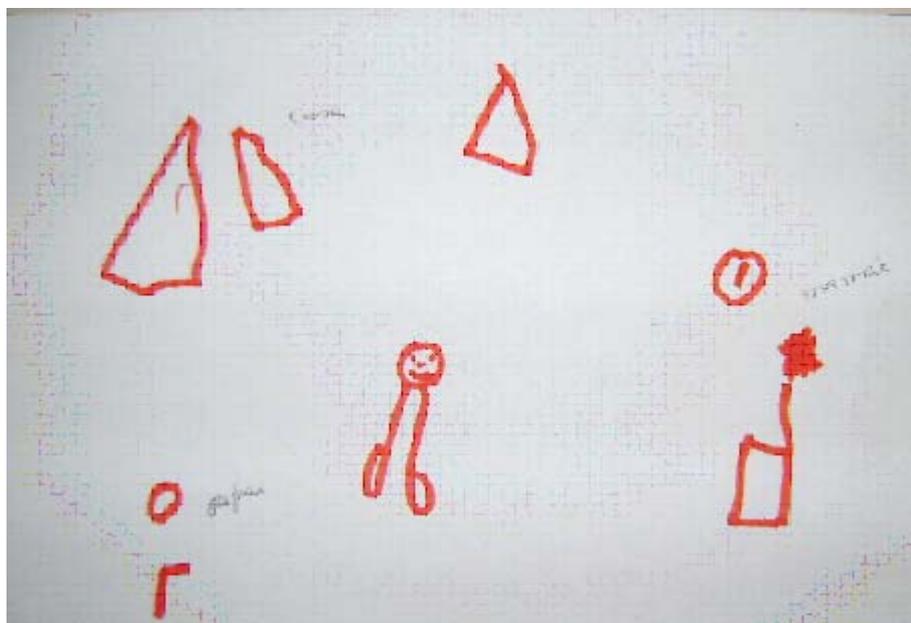


Figura 4 – Notações com fragmentos da escrita da língua de sinais.

Em outra situação, quando a atividade do ditado foi realizada na sala de aula, foi apresentada, como resultado, a figura 5. O ditado foi realizado a partir da configuração de mãos, considerada a mais apropriada para a representação gráfica. Neste caso, as palavras escolhidas foram: telefone, desculpa, triste, azar, vaca, ou seja, todas têm a mesma configuração.



Figura 5 – À esquerda, a notação; À direita, fragmento da escrita da língua de sinais. A palavra representada é: triste.

Na evolução do sistema de notação para a escrita em língua de sinais, acreditamos que a criança vivenciou um conflito cognitivo que superou suas primeiras hipóteses, pois o desenho do sinal evoluiu para a escrita do sinal.

Durante as tarefas realizadas em sala de aula, as crianças descobrem que o registro feito por elas as capacita para aprender, aos poucos, a usar este instrumento cultural. Observamos nas notações da criança surda os estágios de desenvolvimento desses escritos.

A criança começa a usar a escrita como instrumento quando tem consciência de seu significado funcional. De acordo com Bolzan (1998, p. 225), “para a compreensão da escrita, a criança encontra problemas de natureza lógica e deve resolvê-los”. Observamos que a representação da escrita apresenta caracteres específicos da língua falada, evoluindo com sinais gráficos específicos da língua escrita (Figura 6).



Figura 6 – Produção escrita da língua de sinais.

Os alunos mostram estabilidade na escrita dos sinais, sabendo o significado de cada conjunto de símbolos que representam uma palavra, comprovando que esta representação escrita é a forma gráfica da sua língua, que é ideográfica.

Existe uma sentença significativa no registro da escrita, observamos que a escrita mantém uma relação viva com a ideia solicitada.

Sobre a internalização do significado maior no registro da escrita, Vigotsky (1998 p.161) diz que a criança:

Deve criar os rudimentos da capacidade de escrever, no sentido exato da palavra. Só então a escrita da criança tornar-se-á estável e independente do número de elementos anotados, e a memória terá ganho um poderoso instrumento, capaz de ampliar enormemente seu alcance. Finalmente, só sob estas condições serão dados quaisquer passos no sentido de tornar a escrita

objetiva, isto é, no sentido de transformá-la, passando de marcas coordenadas subjetivamente para signos que possuem um significado objetivo, que é o mesmo para todos.

Dessa forma, é importante refletir sobre o momento de construção da escrita por esses alunos e a intervenção necessária para que esta escrita torne-se a representação da sua fala, de forma que respeite todas as questões linguísticas que esta comunidade conquistou.

De acordo com Stumpf (2005), a língua de sinais é uma língua ideográfica e as propostas de alfabetização existentes não contemplam as construções da escrita da língua de sinais. Também temos observado que a escrita da língua portuguesa está socialmente disponível em todos os ambientes socialmente visitados, diferente da escrita da língua de sinais; no entanto, isto não impediu que os alunos surdos representassem suas primeiras notações na sua língua natural, a língua de sinais.

As experiências das crianças com os surdos adultos favoreceram para que seu vocabulário fosse ampliado de forma natural e satisfatória, tanto na modalidade falada (gestual) quanto na modalidade escrita. O espaço linguístico adequado, no qual a identidade e as especificidades desta comunidade são respeitadas, favorece para esta situação de aprendizagem.

Na escola onde estas observações foram realizadas, a escrita da língua de sinais faz parte do ambiente, para demarcar espaços como banheiro, refeitório, sala dos professores etc., o que contribui, efetivamente, para o sucesso no processo de alfabetização dos sujeitos surdos a partir da sua língua.

Vale ainda ressaltarmos que os estudos sobre a construção da escrita da língua de sinais em ambientes de alfabetização são inovadores. É preciso um olhar investigativo para a busca da evolução das notações infantis em língua de sinais, pois a colaboração por meio deste sistema provoca a observação da evolução do sistema gráfico, já que a criança é uma fonte inesgotável de novas descobertas no campo de suas edificações representativas.

Tais observações contribuem para nossa reflexão sobre a importância de um trabalho voltado aos interesses dos alunos e à aceitação da língua de sinais no processo de alfabetização desses sujeitos.

A trajetória de atuação profissional das autoras contempla práticas e estudos voltados ao campo da alfabetização e, hoje, movidas pelo interesse de redirecionar a prática pedagógica, é lançado o olhar para a compreensão do processo de construção da escrita de crianças surdas. Para tanto, sugere-se a utilização da teoria sócio-histórica para ajudar a pensar e desvendar estes caminhos.

O fato de os alunos estarem criando registros com o uso da língua de sinais escrita permite uma reflexão sobre a forma de transmissão/aquisição da cultura desta comunidade e sua representatividade social.

Apontamos para a necessidade de um redirecionamento no processo de alfabetização de crianças surdas, fazendo com que aspectos importantes da língua, como seu papel na estruturação do pensamento e seu aspecto comunicativo, sejam respeitados e considerados nesse processo. Dessa forma, sublinha-se a aprendizagem da escrita da língua de sinais como fundamental, e que deve ocupar um papel central na proposta didática da sala de aula, favorecendo as contradições que colocam o aluno em situação de conflito cognitivo e respeitando a diversidade inerente a cada ser humano. Considera-se que a produção da língua de sinais escrita é uma ferramenta adequada para que os alunos surdos registrem sua língua visual.

Referências

BEHARES, L. E. Línguas e identificações: as crianças surdas entre o “sim” e o “não”. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística**. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 131-148.

BOLZAN, D. P. V.; AVILA, V. M. Z. A produção de notações em diferentes domínios: algumas reflexões a partir da práxis. Porto Alegre: **Caderno do Aplicação**, v. 11. n. 2, p. 223-234, jun./dez.1998.

BRITO, L. F. **Integração social e educação dos surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança**. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo. Ícone editora. 6ª ed. 1998.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997a.

_____. **La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica**. Mendoza: EDIUNC, 1997b.

_____. (Org.). **A surdez: um olhar sensível sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STOKOE, W. C., **Dictionary of american sign language on linguistic principles**. Silver Spring: Linstok, 1976.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. Porto Alegre: UFRGS, CINTED, PGIE, 2005.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Fundamentos da defectologia**: obras completas, tomo 5. Habana: Pueblo y Educación, 1989.

Notas

¹ Língua Brasileira de Sinais.

² *SignWriting* é um sistema de escrita para escrever línguas de sinais, inventado por Valerie Sutton, para representar os passos de dança, há cerca de 30 anos (1974); ela que dirige o *Deaf Action Commitee* (DAC), uma organização sem fins lucrativos sediada em La Jolla, Califórnia, USA.

³ Quando a criança diferencia o escrever do desenhar, buscando critérios de diferenciação entre as marcas gráficas figurativas e as não-figurativas.

⁴ Quando a criança compreende como se organiza o sistema de representação da escrita.

Correspondência

Giovana M. Fracari Hautrive – Rua Oscar Ferreira, 312, CEP 97095-490 – Parque Sarandi, Santa Maria.

E-mail: giovana.fh@gmail.com

Recebido em 31 de julho de 2009

Aprovado em 10 de maio de 2010